



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12/06/2017**  
**(Contém folhas )**

**ATA Nº 13**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>		
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>		
<b>Vereadores:</b>	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 12/06/2017**

**ATA Nº 13**

----- Aos doze dias do mês de junho do ano dois mil e dezassete, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência da Senhora Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, por se encontrar em gozo de férias. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 29 de maio de 2017 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

**I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES**

**II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**2.1 - CÂMARA MUNICIPAL**

- 2.1.1 - Expansão / Ampliação da Zona Industrial do Alto das Aldeias**  
**- Aquisição de Terreno**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Informação do Senhor Presidente: -----

----- Considerando a deliberação tomada em reunião de Câmara, realizada em 08/11/2011, no respeitante à aquisição de terrenos destinados à expansão/ampliação da Zona Industrial do Alto das Aldeias, foram identificados e posteriormente adquiridos diversos terrenos destinados a esse fim. -----

----- Tendo em conta a necessidade de atrair investimento e iniciativas externas que venham contribuir para o desenvolvimento económico do Concelho; atendendo que o Município pretende ser um parceiro ativo e empenhado no processo de desenvolvimento económico do território e considerando a falta de espaços adequados para a localização de empresas, constitui desígnio desta Autarquia dar continuidade à ampliação da Zona Industrial do Alto das Aldeias. -----

----- Com vista à concretização de tal propósito em conjunto com os respetivos proprietários, efetuou-se a identificação do terreno, bem como o respetivo levantamento topográfico necessário ao indicado fim. Paralelamente, procedeu-se à análise da situação jurídica do mesmo e encetaram-se as negociações no sentido de se chegar ao estabelecimento de um valor justo, a suportar pela Autarquia, aquando da respetiva compra. -----

----- Das referidas negociações e tendo em consideração vários fatores de ponderação, nomeadamente o declive do terreno, resultou o estabelecimento de um valor de **1,10 €/m<sup>2</sup>**, a suportar pela Câmara Municipal, aquando da compra do artigo urbano número P3952 da Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra, havendo assim, uma desvalorização de 0,40€/m<sup>2</sup> em relação ao valor apurado em aquisições anteriores. -----

----- Assim, no uso das competências que me foram delegadas pela deliberação tomada pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na reunião realizada em 15/10/2013, designadamente a prevista na al. g), do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **informo que irá ser adquirido um terreno para construção**, sito no lugar de "Vale Maria Domingues - Zona Industrial Alto das Aldeias", Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra, com a área de 5079 m<sup>2</sup>, **inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pampilhosa da Serra, sob o artigo n.º P3952**, a destacar do prédio rústico 32202, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 1295; propriedade dos senhores: **José Maria Domingues dos Anjos e mulher Georgina Ramos Barata Cardoso dos Anjos**, casados no regime de comunhão geral, contribuintes fiscais n.ºs 133.225.992 e 133.226.000, respetivamente, ele titular do cartão de cidadão n.º 00526855 9 ZX9, válido até 23/02/2021, e ela, titular do Bilhete de Identidade n.º 2478950, emitido em 16/01/2006 pelo SIC de Lisboa. -----

----- Dos contactos e negociações encetados com os proprietários do imóvel em questão, **foi acordado o pagamento do valor global de 5.586,90€ (cinco mil, quinhentos**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

e oitenta e seis euros e noventa centimos), a suportar pelo Município para a compra do respetivo imóvel, existindo a verba em orçamento para efetuar a aquisição, de acordo com a informação emitida pela Divisão Financeira desta Autarquia, anexa à presente. ----

---- A Câmara Municipal tomou conhecimento. ----

#### **2.1.2 - Execução de Sentença nº 319/14.3BECBR.B - Reabilitação do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra - Pagamento de indemnização e custas judiciais.**

---- Foi presente a Ata de Audiência de Julgamento, referente ao Processo em epígrafe.

---- Do conteúdo da sua análise, o Município de Pampilhosa da Serra paga à Oliveiras, S.A., a título de indemnização, o montante correspondente a 10.650,00 € (dez mil seiscentos e cinquenta euros), bem como o pagamento de 531,40 € (quinhentos e trinta e um euros e quarenta centimos), a título de custas de parte relativas ao processo executivo. ----

---- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade pagar. ----

---- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ----

### **3 - DIVISÃO FINANCEIRA**

#### **3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA**

##### **3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria**

---- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 08 de junho de 2017, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: ----

---- De operações orçamentais: 2.473.287,31 € (dois milhões quatrocentos e setenta e três mil duzentos e oitenta e sete euros e trinta e dois centimos); ----

---- De operações não orçamentais: 251.523,54 € (duzentos e cinquenta e um mil quinhentos e vinte e três euros e cinquenta e quatro centimos), num total de 2.734.995,28 € (dois milhões setecentos e trinta e quatro mil novecentos e noventa e cinco euros e vinte e oito centimos). ----

---- A Câmara Municipal tomou conhecimento. ----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

##### 4.1 - TAXAS E LICENÇAS - ÁGUAS

##### 4.1.1. - Cobrança de faturação da água no mês de agosto 2017

- Foi presente uma informação dos Serviços de Águas, do seguinte teor: -----
- *Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar que em virtude de ser necessário proceder a uma atualização e reformulação informática do programa de faturação de água a decorrer no mês de agosto/2017 e por também coincidir com o período de férias dos cobradores/leitores, o facto implica atrasos substanciais no normal decorrer das cobranças, os quais se iriam refletir também nas cobranças seguintes, entende-se e de modo a suprir os mesmos, que a cobrança a efetuar em agosto seja efetuada junto com a de setembro da seguinte forma: -----*
- - Os recibos das duas faturas serão diferenciados de modo a não haver acumulação de metragem e consequente subida de escalões na faturação; -----
- - O período de cobrança será prolongado de 1 a 30 de setembro no 2º Turno e de 15 de setembro a 15 de outubro no 1º Turno; -----
- - As faturas referentes ao mês de agosto serão calculadas em estimativa tomando por base a faturação de igual período no ano transato, ou por leitura real a comunicar pelos consumidores. ---
- - Todas as faturas cuja cobrança é efetuada localmente, serão enviadas via postal por forma a poderem ser pagas nos **Pontos +** respetivos ou junto dos serviços de tesouraria do Município. ---
- - As faturas cuja cobrança é efetuada por débito bancário serão alvo de tratamento de envio e cobrança nas datas e períodos normais. -----
- *À consideração superior."* -----
- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### 4.2 - TAXAS E LICENÇAS - SECRETARIA

##### 4.2.1 - Grupo Motard Zangões do Asfalto

- Encontro Motard 21, 22 e 23 de julho de 2017
- Pedido de isenção do pagamento de taxas - Ocupação da via pública

- Foi presente um requerimento do Grupo Motard Zangões do Asfalto, a requerer isenção do pagamento de taxas - Licença para ocupação da via pública, para a realização do evento "Encontro Motard 21, 22 e 23 de julho de 2017. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Relativamente ao pedido formulado, foi presente uma Informação dos Serviços de Secretaria, tendo por base as alíneas c) do artigo 8º do Regulamento Geral de Taxas Municipais. Mais informam os Serviços, que os valores do licenciamento são os seguintes: -----

----- Taxa pela apreciação do pedido para a emissão de Licença - 20.30 €; -----

----- Licença de ocupação privativa do espaço público - 11,12€. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, isentar o Grupo Motard Zangões do Asfalto, do pagamento das referidas taxas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.2.2 - Grupo Motard Zangões do Asfalto**

- Encontro Motard 21, 22 e 23 de julho de 2017

- Pedido de isenção do pagamento de taxas - Acampamentos Ocasioneis

----- Foi presente um requerimento do Grupo Motard Zangões do Asfalto, a requerer isenção do pagamento de taxas - Licença para Acampamentos Ocasioneis, para a realização do evento "Encontro Motard 21, 22 e 23 de julho de 2017. -----

----- Relativamente ao pedido formulado, foi presente uma Informação dos Serviços de Secretaria, tendo por base as alíneas c) do artigo 8º do Regulamento Geral de Taxas Municipais. Mais informam os Serviços, que os valores do licenciamento são os seguintes: -----

----- Taxa pela apreciação do pedido para a emissão de Licença - 20.30 €; -----

----- Licença de ocupação privativa do espaço público - 11,12€. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, isentar o Grupo Motard Zangões do Asfalto, do pagamento das referidas taxas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.2.3 - Grupo Motard Zangões do Asfalto**

- Encontro Motard 21, 22 e 23 de julho de 2017

- Pedido de isenção do pagamento de taxas - Licença de Ruído

----- Foi presente um requerimento do Grupo Motard Zangões do Asfalto, a requerer isenção do pagamento de taxas, da Licença de Ruído, para a realização do evento "Encontro Motard 21, 22 e 23 de julho de 2017. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Relativamente ao pedido formulado, foi presente uma Informação dos Serviços de Secretaria, tendo por base as alíneas c) do artigo 8º do Regulamento Geral de Taxas Municipais. Mais informam os Serviços, que os valores do licenciamento são os seguintes: -----

----- Taxa pela apreciação do pedido para a emissão de Licença - 40.60 €; -----

----- Licença de ocupação privativa do espaço público - 11,12€. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, isentar o Grupo Motard Zangões do Asfalto, do pagamento das referidas taxas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS

##### 4.3.1 - Minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar ente o GDP e o Município

----- Em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião realizada em 29/05/2017, tendo em conta: -----

----- - o teor do ofício (reg. 5970, de 24/05/2017) remetido, pelo Grupo Desportivo Pampilhosense à Câmara Municipal, onde solicita a atribuição de um subsídio mensal de 3.350,00 €, ao longo de 12 meses (que perfaz um montante total de 40.200,00 €), comprometendo-se a apresentar o plano de atividades e orçamento (de maio de 2017 a abril de 2018), bem como a previsão de ocupação do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra; -----

----- - o plano de atividades e orçamento e a previsão de ocupação do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra (reg. 6540, de 06/06/2017) entretanto remetido pelo GDP; -----

----- - a listagem dos bens e equipamentos existentes no Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra, com indicação do respetivo registo no Património; -----

----- Foi presente a minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e o Grupo Desportivo Pampilhosense. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## **MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **4.3.2 - Comissão de Melhoramentos de Malhadas da Serra** **- Solicitação de apoio para a construção da nova Casa de Convívio de Malhadas da Serra**

----- Foi presente um ofício da Comissão de Melhoramentos de Malhadas da Serra, com o registo de entrada nº 1751, de 13/02/2017, a solicitar apoio financeiro para a construção de uma nova Casa de Convívio, uma infraestrutura de relevante necessidade para a povoação de Malhadas da Serra, que visa proporcionar algum conforto e instalações condignas para a promoção de convívio. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conceder apoio financeiro à Comissão de Melhoramentos de Malhadas da Serra, no valor de 20.000,00 € (vinte mil euros) para os mencionados fins, mediante Protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.3.3 - Associação de Combatentes do Concelho de Pampilhosa da Serra** **- Pedido de apoio financeiro**

----- Foi presente um ofício remetido pela Associação de Combatentes do Concelho de Pampilhosa da Serra, com registo de entrada nº 5989, datado de 25 de maio de 2017, a solicitar apoio financeiro, para a realização do evento de um memorial, destinado a homenagear no dia 22/07/2017 todos os Ex-Combatentes do concelho, bem como perpetuar a memória daqueles que perderam a vida na guerra colonial de 1960 a 1974; ---

----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conceder apoio financeiro à Associação de Combatentes do Concelho de Pampilhosa da Serra, no valor de 4.000,00 € (quatro mil euros) para os mencionados fins, mediante Protocolo, cuja minuta foi presente e, após análise, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Mais foi deliberado conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.3.4 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra** **- Pedido de cedência de utilização gratuita de espaço, localizado junto da Praia Fluvial da Vila de Pampilhosa da serra**





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### - Minuta de Protocolo de Colaboração

----- Considerando o pedido remetido à Câmara Municipal, pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra (reg. 6658 de 07/06/2017), onde solicita a cedência gratuita de um bem imóvel/instalações, localizado junto da Praia Fluvial de Pampilhosa da Serra, pelo período de 3 meses (julho, agosto e setembro), com vista à realização de uma campanha de angariação de fundos, a afetar à aquisição de equipamentos para o Corpo de Bombeiros, encarando-a como mais um meio que os ajudará a alcançar elevados níveis de qualidade nos serviços que diariamente prestam à população concelhia; -----

----- Foi presente a Minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com aquela Associação, cujo objeto consiste na cedência do uso, gratuito, do bem imóvel/instalações, localizado junto à Praia Fluvial de Pampilhosa da Serra, melhor identificado na planta anexa ao presente (Anexo I), para que a Associação dos Bombeiros Voluntários nele promova uma campanha de angariação de fundos, divulgando as respetivas atividades, com exposição e venda de material alusivo às mesmas, tendo em vista a angariação de fundos a afetar à prossecução das suas atribuições estatutárias e à aquisição de equipamentos para o Corpo de Bombeiros; No uso da presente cedência, a Associação dos Bombeiros Voluntários poderá utilizar os bens móveis/equipamentos, propriedade do Município, que se encontram no aludido espaço, e constantes do Anexo II ao presente Protocolo. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

##### 5.1 - GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E EMPRESÁRIO

###### 5.1.1 - Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra

- Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro

- Candidatura à Segunda Renovação de Carlos Alberto Domingos Francisco

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Apoio ao Múncipe e Empresário, do seguinte teor: -----

----- "Deu entrada nos Serviços desta Autarquia, em 1 de junho de 2017, sob o registo nº 6368,



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*um Requerimento / Candidatura, subscrito por Jorge Manuel Branco Moreira, na qualidade de Presidente da Direção da Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, associação com sede na Av. José António Areosa, nº 1, 3320-312 Pessegueiro, NIPC 500864519, no âmbito do Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, cujo Regulamento foi publicado na 2ª série do Diário da República, nº 193, datado de 2 de outubro de 2015. -----*

*----- Este novo requerimento/candidatura é apresentado pela coletividade em conformidade com o disposto no nº 2, do artigo 4º do Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, que refere que "A manutenção do posto de trabalho, para além dos 12 meses previstos no nº 1 e a consequente renovação do respetivo contrato de trabalho, até ao período máximo de três anos, faculta à associação beneficiária o direito de solicitar a atribuição de novo subsídio não reembolsável, mediante a apresentação de novo requerimento/candidatura, de igual valor (5.000,00 €) aquando da renovação do respetivo contrato de trabalho em causa, por igual período de tempo, até ao limite máximo de duas renovações." -----*

*----- Constata-se ainda que a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro apresenta a Candidatura/Requerimento conforme o disposto no artigo 8º do Regulamento, anexando ao mesmo os documentos exigidos, de acordo com a Grelha de Verificação, que se anexa a esta informação. ---*

*----- Para usufruir deste incentivo, a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro refere que o posto de trabalho que criou, conforme consta do requerimento e cópia do contrato de trabalho anexo, visa desenvolver atividades de Auxiliar de Serviços Gerais. -----*

*----- Mas se informa que, de acordo com o disposto no artigo 8º, ponto "5.2.1 - "Elaboração de informação no sentido de estarem cumpridos os pressupostos definidos no presente Regulamento, para atribuição do Incentivo e consulta soa Serviços Financeiros da Autarquia a fim de aferir a existência de fundos disponíveis e o demais, visando o cumprimento da legislação que sobre a matéria estiver em vigor" do referido Regulamento, informa-se que este apoio financeiro tem compromisso na Classificação Orgânica 0102, Classificação Funcional 430, Classificação Económica 040701, com o número sequencial 23064, conforme informação dos Serviços Financeiros, datada de 2017/06/08. -----*

*----- Neste sentido, estão cumpridos os pressupostos definidos no Regulamento, pelo que se coloca à consideração superior a atribuição do referido Incentivo." -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----*

*----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar . -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

#### 6- DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 6.1 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS URBANISMO

##### 6.1.1 - Restituição de taxas referente à alteração e ampliação de arrecadação agrícola em Vilar da Amoreira

- Processo SPO nº 01/2016/33

- Requerente: Esfera Real - Mediação Imobiliária Unipessoal, Lda

- NIF: 509 611 567

----- Foi presente uma informação dos Serviços Administrativos de Urbanismo, do seguinte teor: -----

----- “ Em 20/12/2016, deu entrada nestes serviços de obras particulares, o processo de licenciamento em epígrafe onde foram declaradas áreas superiores às apuradas, posteriormente, pelos serviços técnicos de obras, em 09/05/2017. -----

----- Sobre as áreas declaradas recaíram as taxas devidas, pagas através da guia de recebimento nº 656, de 20/12/2016. -----

----- Efetuados os devidos cálculos, apurou-se que o valor cobrado a mais é de 11,10€, conforme se descrimina no quadro em anexo. -----

----- Face ao exposto, propõe-se a restituição ao requerente do valor de 11,10€, nos termos do disposto no nº 3 do artº 19, do Regulamento Geral de Taxas Municipais. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 6.2 - OBRAS PÚBLICAS

##### 6.2.1 - Informação de Minuta do Contrato

- Reabilitação de pavimentos em arruamentos\_2017

- Concurso 072017

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração o concurso público em epígrafe verifica-se que o adjudicatário procedeu à entrega dos documentos de habilitação em 07/06/2017 através da mensagem refª PT1.MSG.597363 colocada na plataforma VortalGov. -----

----- De igual modo procedeu à apresentação da garantia bancária nº GAR/17301042 emitida em 07/06/2017 pelo Banco BPI, S.A, no montante de 29.462,62 €, correspondente a 1º% do valor total da adjudicação. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Assim e no cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 98º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29/01 e atentas as subseqüentes alterações, propõe-se a V.Exª a minuta do contrato a assinar com a empresa adjudicatária. -----

----- De salientar que a citada minuta foi elaborada tendo em atenção o disposto no citado Código dos Contratos Públicos, respeitando o disposto no seu artigo 96º. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar e referido contrato. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **6.2.2 – Parque de Caravanismo\_Pampilhosa da Serra**

##### **6.2.2.1 – Início de Procedimento**

##### **Informação n.º 14\_Conc\_2017**

##### **Concurso n.º 142017**

----- Foi presente a Informação n.º 14\_Conc\_2017 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “O parque de caravanismo é uma das componentes da candidatura efetuada e aprovada pelo Turismo de Portugal. Atento tal facto, é urgente a execução do investimento. O projeto de execução encontra-se concluído e em condições de ser aprovado e aberto concurso para execução da empreitada. Para execução da empreitada fixa-se um prazo máximo de 210 dias e o adjudicatário prestará uma caução inicial no montante de 5% do valor da adjudicação. Assim e atento o atrás exposto, entende-se que deve ser iniciado um procedimento de concurso público para execução da empreitada acima referida, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29/01, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho. -----

----- Mais se informa que os valores e parâmetros mais relevantes são os seguintes: -----

----- Objeto do Contrato: Empreitada de Obras Públicas; -----

----- Preço Base: 376.943,40 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Base da Escolha do Procedimento: Valor do Contrato; -----

----- Tipo de Procedimento: Concurso Público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei n.º 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto-Lei n.º 278/2009 de 02 de outubro; -----

----- Prazo máximo de execução: 210 dias; -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Caução: 5%; -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projeto e demais elementos de concurso e proceder à abertura do procedimento do concurso, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º, do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de outubro e subsequentes alterações. -----

----- Mais deliberou dar poderes ao Senhor Presidente para decidir sobre questões relacionadas com erros e omissões, devendo todas as decisões ser objeto de ratificação na reunião imediatamente seguinte à data da tomada de decisão. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 6.2.2.2 - Nomeação do Júri do procedimento

- Informação nº 14\_Conc\_2017

- Concurso nº 142017

----- Foi presente a Informação nº 14\_Conc\_2017, dos Serviços Técnicos de Obras, na qual é proposto o Júri do presente procedimento de concurso, de acordo com o seguinte:

----- EFETIVOS: -----

----- Presidente - Fernando Pereira Alves; -----

----- 1º Vogal - Luís Filipe Simões Batista; -----

----- 2º Vogal - Pedro Tiago Sousa Santa; -----

----- SUPLENTE: -----

----- 1º Vogal - José Carlos Alves Barreiros; -----

----- 2º Vogal - Nuno Miguel Coelho Pina. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a constituição do Júri nos termos e para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 6.2.3 - Requalificação do Espaço Envolvente à Escola EBI de Pampilhosa da Serra

- Receção definitiva parcial\_Liberação de caução

- Concurso 042011



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada “Requalificação do Espaço Envolvente à Escola EBI de Pampilhosa da Serra”, a firma Calado e Duarte, Lda, apresentou em 20/04/2017 o pedido de receção definitiva. -----

----- Tal como transmitido ao adjudicatário em 26/04/2017, através do ofício nº 1633, o prazo de garantia da presente empreitada encontra-se regulado pelo disposto na cláusula 36ª do caderno de encargos. -----

----- A receção provisória ocorreu em 23/04/2012 pelo que atualmente só poderão ser passíveis de receção definitiva, caso estejam nas devidas condições, os trabalhos cujo período de garantia é de 2 e 5 anos. -----

----- Os trabalhos sobre os quais recai um período de garantia de 10 anos não poderão ser rececionados definitivamente nesta data. -----

----- Em 10/05/2017 foi efetuada vistoria, cujo relatório se anexa, sendo que não foi verificada qualquer anomalia. -----

----- Nestes termos, os trabalhos constantes da listagem “prazos de garantia 2 e 5 anos” e que se anexa à presente informação, podem ser considerados rececionados definitivamente. -----

----- Quanto aos restantes, somente a partir de 23/04/2022 pode ser equacionada a sua receção. -

----- No que respeita à liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município, deve ser dado cumprimento ao disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -----

----- Em regime excecional e temporário é aplicável aos contratos de empreitada de obras públicas celebrados antes de 22/08/2012 ou a celebrar até 1 de julho de 2016. -----

----- Assim e atento o atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 10% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº GAR/11301371, emitida pelo Banco BPI, S.A em 03/05/2011 no montante de 11.148,97 €, atualmente no montante de 3.998.69 €; -----

----- 2) Retenção de 67,79 € aquando do pagamento da revisão de preços (já devolvido); -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita parcialmente, propondo-se: -----

----- a) Cancelamento da Garantia Bancária nº GAR/11301371, emitida pelo Banco BPI, S.A em 03/05/2011 no montante de 11.148,97 €, atualmente no montante de 3.998,69 €; -----

----- Receção definitiva dos trabalhos constantes da listagem anexa “prazos de garantia 2 e 5 anos” . -----

----- À consideração superior. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 7 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

##### 7.1 - CULTURA

- 7.1.1 - Escola Tecnológica e Profissional da Sertã
  - Protocolo de Formação em Contexto de Trabalho
  - Fábio André Gil Custódio

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa do seguinte teor: -----

----- *"Foi presente pela Escola Tecnológica e Profissional da Sertã, um pedido de realização de estágio curricular, no âmbito do Curso Profissional Técnico de Turismo Ambiental e Rural - 11º ano, para o aluno Fábio André Gil Custódio, através da celebração de protocolo. -----*

----- *Nesta formação prática em contexto de trabalho (estágio), pretende-se que o formando desenvolva no Município, na área do Turismo, um conjunto de atividades em contexto prático, que lhe permita adquirir e desenvolver competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para o perfil de desempenho de saída do curso frequentado. -----*

----- *O estágio tem a duração de 120 horas, com início a 12/06/2017 e terminus a 07/07/2017, e não acarreta custos para o município, estando o formando coberto pelo seguro escolar. -----*

----- *Face ao exposto, coloca-se à consideração superior a celebração do referido protocolo, que se junta em anexo à presente informação." -----*

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar o referido Protocolo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

- 7.1.2 - Proposta de Normas de Participação e Funcionamento da XX Feira de Artesanato e Gastronomia 2017 - Gastronomia;

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- *"Atendendo à necessidade de se proceder à abertura das inscrições da*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*Gastronomia/Tasquinhas para a XX Feira de Artesanato e Gastronomia 2017, remete-se em anexo, para análise e decisão superior, a proposta de Normas de Participação e Funcionamento da XX Feira de Artesanato e Gastronomia 2017 – Gastronomia e o modelo de Ficha de inscrição. “---*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 7.2 - AÇÃO SOCIAL

##### 7.2.1 - Proposta de Escalões

##### - Ação Social Escolar 2017/2018

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “ À semelhança de anos anteriores, venho por este meio apresentar proposta de escalões para apreciação dos processos de Ação Social Escolar para o ano letivo 2017/2018: -----

----- Rendimento per capita até 200,00€ - **Isenção**; -----

----- Rendimento per capita de 200,01€ a 300,00€ - **50%**; -----

----- Rendimento per capita superior a 300,00€ - **Indeferimento** (Salvo algumas exceções devidamente fundamentadas). -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### 7.2.2 - Apresentação do relatório anual - RMAAESD 2016 (Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos)

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “No âmbito da aplicação do Regulamento de apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Pampilhosa da Serra, publicado em Diário da República IIª Série a 28 de junho de 2011 e de acordo com o artigo 13º do referido Regulamento, venho por este meio apresentar Relatório anual contendo síntese dos apoios atribuídos no ano civil de 2016, com análise comprovativa referente aos anos anteriores. -----

#### RELATÓRIO 2016





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- De acordo com a redação expressa na Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, sob proposta da Câmara Municipal foi aprovado o Regulamento Municipal para Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, constituindo-se uma medida importante para a promoção de melhores condições de vida às famílias mais carenciadas do Concelho. -----

----- Desta forma foram apoiadas 22 famílias, num total de 27 processos instruídos neste Gabinete de Ação Social, tendo sido 25 deferidos e 2 anulados pelo Município de Pampilhosa da Serra, designadamente: -----

Nº Processo	Montante para apoio
Processo nº 01/2016/RMAAESD	0€ / anulado
Processo nº 02/2016/RMAAESD	200 €
Processo nº 03/2016/RMAAESD	200 €
Processo nº 04/2016/RMAAESD	400 €
Processo nº 05/2016/RMAAESD	250 €
Processo nº 06/2016/RMAAESD	200 €
Processo nº 07/2016/RMAAESD	500 €
Processo nº 08/2016/RMAAESD	200 €
Processo nº 09/2016/RMAAESD	250 €
Processo nº 10/2016/RMAAESD	350 €
Processo nº 11/2016/RMAAESD	150 €
Processo nº 12/2016/RMAAESD	250 €
Processo nº 13/2016/RMAAESD	650 €
Processo nº 14/2016/RMAAESD	450 €
Processo nº 15/2016/RMAAESD	350 €
Processo nº 16/2016/RMAAESD	0€ / anulado
Processo nº 17/2016/RMAAESD	350 €
Processo nº 18/2016/RMAAESD	950 €
Processo nº 19/2016/RMAAESD	250 €
Processo nº 20/2016/RMAAESD	600 €
Processo nº 21/2016/RMAAESD	700 €
Processo nº 22/2016/RMAAESD	650 €
Processo nº 23/2016/RMAAESD	350 €
Processo nº 24/2016/RMAAESD	200 €
Processo nº 25/2016/RMAAESD	1000 €
Processo nº 26/2016/RMAAESD	300 €
Processo nº 27/2016/RMAAESD	300 €



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

----- O valor total de apoio prestado pelo Município foi de 10.050,00 €-----  
----- De referir que 3 famílias usufruíram de um reforço de apoio económico durante o ano de 2015, tendo em conta a gravidade da situação social e económica. -----  
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

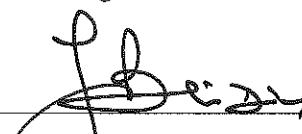
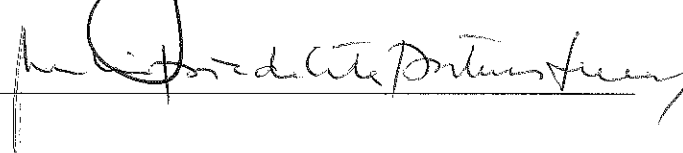
**7.3 - EDUCAÇÃO**

**7.3.1 - Proposta de Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2017/2018**

----- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----  
----- “ Na sequência da preparação do plano de transportes escolares para o ano letivo 2017/2018, junto se anexa a cartografia com a indicação dos respetivos circuitos, a fim de V.Ex<sup>a</sup> analisar e submeter à apreciação e aprovação do Executivo Camarário. -----  
----- Mais se informa que a proposta de plano apresentada, tem por base o ocorrido no ano letivo transato no que aos transportes escolares se refere. -----  
----- À consideração superior”. -----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, quando eram onze horas, dela se lavrando esta ata, que foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que redigi e subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_